GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.WNB-11284/2013**
PROCESSO	:	**N.º TC/22512/2012**
PROTOCOLO	:	**N.º 1271882**
ÓRGÃO	:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES**
RESPONSÁVEL	:	**MAURA TEODORO JAJAH**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**PREFEITA MUNICIPAL**
ASSUNTO	:	**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2012**
RELATOR	:	**WALDIR NEVES BARBOSA**
CONTRATADO	:	**TIAGO RODRIGUES ALMEIDA - ME**
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2012**
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO**
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	**R$ 176.960,00**

Vistos, etc

Trata o presente processo do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 21/2012, da formalização do Contrato Administrativo nº 38/2012, firmado entre a **Prefeitura Municipal de Pedro Gomes** e a **Empresa Tiago Rodrigues Almeida – ME,** tendo como objeto o a prestação de serviço de transporte para estudantes universitários.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo procedeu à análise do contrato, de acordo com o disposto no Regimento Interno desta Corte de Contas, opinando pela sua regularidade e legalidade, consoante Análise Conclusiva **"ANC-3ICE-15239/2013"**, nos termos do inciso I, do artigo 311, c.c. o inciso I, do artigo 312, ambos da Resolução Normativa TCE/MS 057/2006.

O Ministério Público de Contas, em parecer **"PAR-MPC – GAB.2 DR.JOAOMJ-16311/2013"**, opinou pela regularidade e legalidade da formalização do contrato em comento, por estar em conformidade com a legislação pertinente.

É o relatório.

Do exame do procedimento licitatório e da formalização do contrato em epígrafe pode-se constatar que os atos praticados estão em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como as determinações contidas na Instrução Normativa TCE/MS Nº 34, de 15 de setembro de 2010 (à época).

Posto isso, e ainda, subsidiado pela Análise Técnica e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1 – Pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato, nos termos do inciso V, do artigo 13, c.c. o inciso I, do artigo 311, e 1ª parte do inciso I, do artigo 312, da Resolução Normativa TC/MS n° 57/2006;

2 - Pela remessa dos presentes autos ao Cartório para as providências regimentais e, após, à 3ª Inspetoria de Controle Externo, para cumprimento do disposto no artigo 317, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 11 de novembro de 2013.

Conselheiro Waldir Neves Barbosa
Relator

ESD/prps